



APRESENTAÇÃO

MEIO SÉCULO

Esta publicação coincide com os cinquenta anos da Revolução Cubana e também com os meus cinquenta anos de militância política. Iniciei minha militância quando comecei a divulgar um jornal que anunciava um acontecimento histórico, o qual, mais tarde, seria mundialmente conhecido como a Revolução Cubana.

A Revolução Cubana e o processo histórico que lhe sucedeu marcaram de tal modo este último meio século que uma parte significativa da vida de diversas gerações já não pode ser compreendida sem eles. Além disso, a “Guerra Fria” encarregou-se de multiplicar o efeito da revolução quando transformou Cuba, ao lado de Berlim dividida, em uma das duas esquinas onde se enfrentaram os dois sistemas – o capitalista e o socialista – do mundo polarizado.

Bastou um pequeno país, uma ilha do Caribe a noventa milhas dos EUA de economia primário-exportadora de açúcar, colocar o socialismo na ordem do dia da América Latina e do hemisfério ocidental, para que os rumos da história contemporânea e da vida de milhões de pessoas fossem radicalmente modificados.

Até então, para nós, no Brasil e na América Latina, o socialismo era algo longínquo, asiático, habitado por personagens lendários, quase sobrenaturais, como Lenin e Mao Tsé-tung. Achávamos que conhecíamos algumas revoluções – verdadeiras ou não –, como a Revolução Mexicana e a Revolução de 1930 no Brasil, mas quase não falávamos da Revolução Boliviana de 1952. O significado de uma revolução permanecia impreciso e



muito vago. Embora sua validade permanecesse restrita ao período histórico da passagem do feudalismo ao capitalismo, a Revolução Francesa ocupava o lugar de referência clássica.

Ainda que os programas políticos da esquerda procurassem lhes dar raízes nacionais e concretas, tanto o socialismo quanto o comunismo não passavam de meras conjecturas e objetos de leitura. Líamos o *Manifesto Comunista, Do socialismo utópico ao socialismo científico*; conhecíamos a experiência heróica, mas derrotada, da Comuna de Paris, por meio de *A guerra civil na França*; líamos os *Dez dias que abalaram o mundo*; e alguns também se aventuravam em *A história da Revolução Russa**, de Trotski, ou mesmo na trilogia dos profetas, de Isaac Deutscher**.

Países como Argentina, Uruguai, Chile e Brasil tinham seus partidos socialistas e até mesmo seus partidos comunistas, mas estes não nos encaminhavam para as lutas concretas pelo socialismo e pelo comunismo. No máximo, limitavam-se a participar de coalizões políticas que defendiam reformas progressistas ou então se mantinham como forças isoladas, sem maior inserção na realidade política de seus países. Não representavam alternativas fortes e só votávamos neles por um ato de afirmação de nossa identidade ideológica.

O fato é que os grandes episódios políticos – como os dramas de Juan Perón e de Getúlio Vargas – tiveram como protagonistas os próprios dirigentes e suas forças nacionalistas, enquanto a esquerda se limitava a discutir se deveria ou não apoiá-los. Em suma, a esquerda não tinha força decisiva ou polarizadora nos cenários políticos existentes.

Mesmo os golpes militares, com exceção do da Argentina em 1955, que derrubou Perón¹, não passavam de vagas menções imprecisas. Costumava-se atribuir a constante troca de governos – como na Bolívia, por exemplo – à

* Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto Comunista* (São Paulo, Boitempo, 1998); Friedrich Engels, *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (6. ed. São Paulo, Global, 1982); Karl Marx, *A guerra civil na França* (São Paulo, Global, 1986); John Reed, *Dez dias que abalaram o mundo* (Rio de Janeiro, Record, 1967); Leon Trotski, *A história da Revolução Russa* (2 ed. São Paulo, Paz e Terra, 1977). (N. E.)

** Isaac Deutscher, *O profeta banido* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006); idem, *O profeta armado* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005); idem, *O profeta desarmado* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005). (N. E.)

¹ Graças a esse golpe, começou-se a usar o termo “gorila” para denominar os militares golpistas.



instabilidade institucional, a qual, por sua vez, terminava incitando os golpes militares. Falávamos das “repúblicas bananeiras”, em geral em associação aos clãs, como os Somozas na Nicarágua, os Trujillos na República Dominicana, os Duvaliers no Haiti e até mesmo os Batistas em Cuba, todos ditadores aliados dos Estados Unidos e colocados por eles no poder.

Na realidade, a América Latina praticamente nem existia para nós! Um ou outro conhecia a Argentina ou o Uruguai; o Paraguai era apenas aquela fronteira por onde entrava o contrabando. Sabíamos do Aconcágua e do Titicaca por causa das provas de geografia.

Líamos a literatura europeia e entendíamos por história apenas a da Europa; nem a Revolução Norte-Americana nos era apresentada! Não conhecíamos Borges, Rulfo, Carpentier, Roa Bastos. Uns poucos, em geral graças às suas posições políticas, conheciam Neruda ou Guillén. Não sabíamos do Prêmio Nobel de Gabriela Mistral e menos ainda de sua poesia. Conhecíamos algo, talvez, de Astúrias, porque remetia a ditadores centro-americanos – o Caribe era subsumido pela América Central. Para nós, nem existia como tal. A música latino-americana resumia-se ao tango, ao bolero e, em parte, a alguma rancheira mexicana, apresentada pelos filmes lacrimejantes da Pemex. Aliás, o cinema latino-americano eram os filmes românticos, mexicanos e argentinos.

As guerras de independência nos eram totalmente alheias, porque estavam ausentes dos currículos escolares – que preferiam os casamentos dos imperadores europeus. Nem Bolívar, nem Sucre, nem San Martín, nem O’Higgins, nem Artigas, todos eliminados com a própria guerra de independência que enfrentou e expulsou o colonizador. Embora tenha sido um evento determinante na história do nosso continente, ainda hoje, para nós, a Batalha de Ayacucho, que representou a derradeira derrota das tropas espanholas obrigadas a enfrentar a união dos exércitos latino-americanos, não existe!

Tínhamos uma visão folclórica, cinematográfica, de Pancho Villa e Zapata, e não tínhamos a mínima ideia do sentido profundo da Revolução Mexicana. Perón era apenas um Getúlio argentino. Não sabíamos nada da história do Uruguai, do Chile, do Peru, entre outros dos nossos vizinhos. Artigas, Battle, Yrigoyen, Recabarren, Pedro Aguirre Cerda, Mariátegui eram nomes totalmente sem sentido para nós. A vitória de Allende, no Chile, nos pegou completamente desprevenidos para entender como – enquanto reinava a ditadura militar por aqui – uma coalizão socialista-comunista ousara colocar em prática transformações socialistas e, mais ainda, pela via eleitoral!





A luta pelo socialismo estava mais orientada pela imagem da insurreição da Revolução de Outubro e da tomada do Palácio de Inverno do que pelas experiências do movimento guerrilheiro chinês ou vietnamita – que só começou a existir para nós nos anos 1960. Desconhecíamos Dien Bien-Phu e as guerrilhas iugoslava, albanesa e coreana.

Em 1959, estudante do primeiro ano colegial – eu fazia o clássico e não o científico, as duas opções da época – do curso noturno do Colégio Estadual e Escola Normal Brasília Machado, na Vila Mariana, bairro da classe média paulistana, lia autores marxistas e participava do movimento secundarista; mais tarde, fui presidente da União Paulista de Estudantes Secundários (Upes). As grandes mobilizações naquele momento eram as das escolas públicas, que reivindicavam mais recursos para a educação e lutavam pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – luta em que se engajaram muitos intelectuais universitários, como, por exemplo, Florestan Fernandes, sociólogo da Universidade de São Paulo (USP), amigo e colega de trabalho do meu tio – Azis Simão, também sociólogo da USP, que conheci nessa época.

Foi nessa época que meu irmão Eder, dois anos mais velho, então estudante de cursinho para o vestibular de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como era seu nome então), um amigo dele, Renato Pompeu, posteriormente jornalista, e eu conhecemos Michael Löwy, já formado em Ciências Sociais pela USP e professor numa faculdade pública do interior de São Paulo. Foi ele que nos convidou para uma reunião de um grupo socialista, a Liga Socialista Independente (LSI), marxista, leninista e luxemburguista, cujo dirigente era Hermínio Sacchetta, que fora expulso do Partido Comunista. A Liga tinha uma sede minúscula, localizada num beco da região velha de São Paulo que era conhecido por ser a parada final de uma linha de bonde: a Asdrúbal do Nascimento. No espaço de não mais que 10 m² cabiam apenas dois bancos laterais e uma pequena mesa ao fundo, contra uma janela, onde Sacchetta se sentava. Lembro-me dele, com seu toco de lápis vermelho, rabiscando um papel enquanto falava.

A primeira tarefa que recebemos, os três novos membros da LSI, foi divulgar o jornal da organização. Chamava-se *Ação Socialista*. Lá estava, na primeira página, a foto de guerrilheiros barbudos, posando como se fossem um time de futebol, reunidos para festejar a queda do ditador de um lugar que ainda era genericamente chamado de “América Central”. Era a primeira vez que ouvíamos falar de Cuba associada à revolução. Só mais tarde passaria





a ser a “Revolução Cubana”, esse acontecimento que se tornaria um habitante central de nossas vidas.

No meio século anterior à Revolução Cubana, a humanidade tinha vivido as duas guerras mundiais, a Revolução Soviética, a crise de 1929, a ascensão do fascismo e do nazismo, a Guerra Civil Espanhola, a Guerra da Coreia, as revoluções mexicana e boliviana (esta, de 1952), a Revolução Chinesa, o começo do fim do colonialismo europeu, e a bomba de Hiroshima, entre tantos outros acontecimentos. Nada que se compare ao impacto que a revolução socialista cubana teve sobre a nossa geração.

Apesar da Revolução Soviética, o período transcorrido entre 1909 e 1959 pode ser caracterizado como o da ascensão da contra-revolução na Europa ocidental, pois foi a contra-revolução que definiu o clima político mundial até o fim da Segunda Guerra Mundial. A derrota do nazismo e do fascismo, a constituição do campo socialista no Leste europeu, o início dos processos de independência política da Ásia e da África – a começar pela Índia –, e principalmente a vitória da Revolução Chinesa determinaram um novo período, o de ascensão do movimento de massas. A Revolução Cubana e a militância política das novas gerações, agora sob o signo da vitória, são filhas desse novo período dominado pela liderança de Fidel Castro e Che Guevara. Ambos são marcos decisivos e figuras marcantes. Quase se poderia dizer que as gerações seguintes seriam definidas por sua posição em relação a eles.

Em *Les rendez-vous manqués* [Os encontros falhados], Régis Debray questiona o destino de uma parte de sua própria geração que estava em busca da revolução. Uma revolução que a Europa lhes negara e que eles vieram buscar na América Latina. Como parte desse encontro marcado com a revolução, Debray relata as desventuras de Pierre Goldman, um companheiro menos afortunado que tentou unir-se às guerrilhas na Venezuela e acabou sendo assassinado em Paris por um comando de ultra-direita, o qual, em uma carta lhe antecipara que, algum dia, “ainda seremos gratos por termos feito vinte anos na década de 1960”.

De fato, as décadas de 1920 e de 1960 foram aquelas em que os “assaltos aos céus” que realizariam os sonhos utópicos pareciam estar ao alcance de nossas mãos. Na década de 1920, as dramáticas consequências da Primeira Guerra Mundial e os efeitos do triunfo bolchevique inauguraram um período de ascensão da esquerda que logo depois seria brecada pela derrota das tentativas revolucionárias na Alemanha e pelos assassinatos de Rosa Luxemburgo

* Régis Debray, *Les rendez-vous manqués – pour Pierre Goldman* (Paris, Le Seuil, 1975). (N. E.)





e Karl Liebknecht. Rapidamente, as alternativas de extrema-direita conseguiram organizar-se para responder à crise de hegemonia burguesa: a derrota do ensaio revolucionário dos conselhos operários de Turim, dos quais Gramsci participou, abriu caminho para a solução contra-revolucionária da crise italiana e a ascensão de Mussolini; algo similar ocorreria na Alemanha, com a chegada de Hitler ao poder. A derrota dos republicanos na Guerra Civil Espanhola, por sua vez, abriu caminho para o franquismo, que, juntamente com o salazarismo, dominaria a política ibérica durante décadas.

O isolamento da Revolução Soviética – responsável, em última instância, por seu fracasso posterior e determinado por sua incapacidade de alastrar-se pela Europa avançada, em particular por seu elo mais frágil, a Alemanha, derrotada na guerra – condenou o socialismo do século XX a deslocar-se para a Ásia, mais atrasada e periférica, violando ainda mais aquele roteiro de negação e superação do capitalismo previsto por Marx para o socialismo.

Jovens radicais, marcados pela Revolução Cubana, considerávamos a União Soviética, o stalinismo, as bibliografias esquemáticas da Academia de Ciências e os Partidos Comunistas em geral filhos de um único fenômeno, globalmente desviado, da revolução socialista “traída” pela burocracia, segundo a explicação de Trotski. De todo modo, foi também a referência cubana que nos salvou do sectarismo estéril das correntes trotskistas, que no Brasil assumiu uma de suas formas mais extravagantes, o posadismo. Este teve como militantes alguns intelectuais que, em geral, foram cooptados pela direita.

Em suma, ser de esquerda era ser anticapitalista, socialista, marxista, guevarista. “Revolução socialista ou então caricatura de revolução”, esse era o lema que dava sentido às nossas vidas. O marxismo, que assumimos desde cedo, constituía o eixo de nossos estudos: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo”², mesmo porque, “a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas”³.

Falando da primeira geração de revolucionários cubanos, Fernando Martínez Heredia reconhece que seria “um erro acreditar que tudo aconteceu porque nos tornamos marxistas, quando a verdade é que nos tornamos

² Karl Marx e Friedrich Engels, “Teses sobre Feuerbach”, em *A ideologia alemã* (trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano, São Paulo, Boitempo, 2007), p. 539.

³ Karl Marx, “Crítica da filosofia do direito – Introdução”, em *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (trad.: Rubens Enderle e Leonardo de Deus, São Paulo, Boitempo, 2005), p. 151.





marxistas por causa de tudo o que aconteceu”⁴. Para nós, aqui no Brasil, parecia haver uma coincidência entre o fato de ser marxista e o movimento histórico que punha a revolução na ordem do dia, como se teoria e realidade convergissem hegelianamente. Tudo aconteceu porque nos tornamos marxistas, mas tudo que aconteceu nos empurrava também para que nos tornássemos marxistas.

A leitura de *A ideologia alemã* foi um dos acontecimentos mais marcantes da minha vida, pois levou-me à compreensão de como, concretamente, a produção das condições materiais de existência gera as formas de consciência e de alienação no homem; de como objetividade e subjetividade são duas expressões projetadas desse homem que, ao transformar o mundo, transforma a si mesmo. Algo parecido sucedia com uma parte de minha geração, que encontrava no marxismo as chaves para uma leitura da realidade e os germens de um projeto para a sua transformação. De certo modo, tudo que aprendi depois, com Lukács, Gramsci, Sartre e tantos outros, era um desdobramento dessa leitura primordial.

Os acontecimentos da década de 1960 vinham nos convencer de que a esquerda estava destinada a tornar-se vitoriosa. Que deixaria de estar restrita àqueles raros pais comunistas de algum amigo nosso, dignos e honrados, mas isolados, que remavam contra a corrente. O consenso estava caminhando na direção dos que eram de esquerda, de esquerda radical, revolucionários. A vida de revolucionário, a vida dedicada à militância pela revolução, tornava-se a única vida plena de sentido.

Tínhamos do nosso lado o que de melhor a humanidade havia produzido: Marx, Engels, Lenin, Trotski, Rosa Luxemburgo, Gramsci, Mao Tsé-tung e Ho-Chi-Minh; e a estes todos se somavam, agora, Fidel Castro e Che Guevara! Ainda por cima, tínhamos também Sartre, Marcuse, os Beatles, Jane Fonda, Godard, Chico Buarque, Glauber Rocha, Vinicius de Moraes, Oscar Niemeyer, Cortázar, García Márquez, entre tantos outros. Cuba, Argélia, Vietnã, as guerrilhas na Venezuela, no Peru, na Guatemala, o Che, a *Tricontinental*, a Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas) indicavam o futuro, enquanto o capitalismo latino-americano, a começar pelo Brasil, era obrigado a apelar para as ditaduras militares. O céu, tomado de assalto, apontava o futuro da humanidade.

⁴ Fernando Martínez Heredia, “Palabras al recibir el Premio Nacional de Ciencias Sociales”, *Periferia*, Buenos Aires, ano 11, n. 14, p. 78.





A morte de Che, por mais triste que tenha sido, parecia um acidente de percurso. Muitos de nós não conseguiram aceitar sua dimensão real. Lembro-me de ver na televisão a imagem, registrada por brasileiros, do corpo de Che – uma imagem que confirmava que a notícia era, nas palavras de Fidel, “dolorosamente real”. Ainda assim, obriguei-me a pegar o fusca para ir assistir a mais uma aula de Foucault – que fazia naquele momento um primeiro esboço do que seria o seu *As palavras e as coisas**. Sentia-me o mais miserável dos seres, pensando no Che tão só – numa solidão pior do que aquela em que estavam os vietnamitas –, nas mãos dos inimigos, morto, derrotado, embora de olhos abertos. Lá do fundo do poço, fui buscar forças para reagir e sair reafirmando, com mais vigor ainda, o compromisso militante e revolucionário de “criar dois, três, muitos Vietnãs!”⁵.

Quarenta anos se passaram desde aquele momento, desde a morte do Che e o lançamento de *Cem anos de solidão*, quando então eu estava completando dez anos de militância, uma das principais mudanças que aconteceu – entre tantas ocorridas desde então nas sociedades, no mundo e na cabeça das pessoas – foi a que afetou a concepção de militância política. Ser militante era uma opção de vida, porque definia o sentido da vida daqueles que aderiam a ela. Representava identificar-se com o movimento real da história; representava uma escolha pelo valor da generosidade, pois não lutávamos pelo mundo de amanhã, mas por um futuro que haveria de chegar, embora não soubéssemos quando. Lutávamos por um mundo melhor para todos, especialmente para os explorados, os oprimidos, os humilhados, os ofendidos, os discriminados. Ser militante representava a entrega de uma vida, não porque oferecíamos nossa morte, mas porque doávamos o que tínhamos de melhor: nossa capacidade teórica e nosso compromisso, marcado por uma ética pessoal e coletiva.

Hoje, depois de tantos golpes e triunfos, tantas vitórias e derrotas, recuos e avanços, conquistas e reveses, revoluções e contra-revoluções, que sentido ainda tem a militância, o socialismo, a esquerda, a revolução? Que significam Che, Marx, Fidel, Gramsci, Lenin, teoria revolucionária, marxismo?

Este livro não pretende ser uma resposta a todas essas questões. No máximo, pode ajudar na compreensão de algumas dimensões das transformações que o

* Michel Foucault, *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1981). (N. E.)

⁵ Ernesto Che Guevara, “Mensagem aos povos do mundo através da *Tricontinental*”, em *Revista Tricontinental*, Havana, 1967.





mundo sofreu desde que Che e Camilo entraram em Havana, naquele 1º de janeiro de 1959. Um mundo que foi posto em causa por inúmeras razões, a começar pelo próprio sentido da convocação, que tantos de nós aceitamos, para um projeto de transformação revolucionária do mundo. O capitalismo não era sucedido pelo socialismo, mas se retrocedia, das primeiras versões deste, a capitalismo selvagem. A história estava muito mais aberta do que imaginávamos nós, que aceitávamos uma certa teleologia histórica. Tínhamos que lutar encarando essas possibilidades, desafios muito maiores que aqueles que havíamos imaginado décadas antes.

O militante profissional não é um profissional remunerado, mas aquele que busca entregar o que de mais importante foi acumulando na construção de um mundo melhor, de um mundo sem exploração, opressão, discriminação, alienação. O militante não quer morrer pela revolução, ele deseja viver para a revolução, lutando por ela. Ser um militante de esquerda, na década de 1960, era lutar por ideais, fundindo teoria e prática, ética e vida cotidiana, amor e revolução.

Há uma década, referindo-me à chamada “literatura do exílio”, afirmei que “toda literatura desse tipo, se faz, necessariamente, *post-festum*. E quando a festa acaba, os olhares já são outros”, o que torna muito difícil reconstruir o clima que inspirou os atos, as falas e os gestos. Acrescentava que a dificuldade era ainda maior quando “entre o que somos e o que fomos se antepõe a derrota que, nesse caso, teve a espessura do exílio”⁶.

A literatura do exílio é construída pela “ótica retrospectiva” e carrega com ela todo o peso da trajetória percorrida. Nesse caso, uma trajetória que começa com a adesão à militância, atravessa a passagem para a clandestinidade, passa, às vezes, pela prisão, chega ao exílio e se prolonga até o retorno. Mas este, como nos lembra Mario Benedetti, está condenado a não acabar nunca, por isso é melhor chamá-lo “desexílio”. De todo modo, o olhar retrospectivo está necessariamente situado no fim do itinerário, privilegiando o desenlace. Seria bem diferente de um balanço dessa mesma geração que pudesse surpreendê-la na metade de seu trajeto, por exemplo, em 1984.

Naquele momento, naqueles meados dos anos 1980, com o mundo ainda polarizado, a Revolução Sandinista somava-se às ofensivas guerrilheiras em El Salvador e na Guatemala, às vitórias populares no Irã, em Angola e em

⁶ Emir Sader, “Nós que amávamos tanto *O capital*”, em *O poder, cadê o poder? – ensaios para uma nova esquerda* (São Paulo, Boitempo, 1997), p. 87.





Moçambique, apesar dos resultados que a contra-ofensiva norte-americana do governo Reagan já vinha obtendo, como a derrota do governo de Granada e o recuo do governo de Suriname. O modelo neoliberal começava a ser implantado e generalizado, e François Mitterrand iniciava a grande conversão da socialdemocracia, mudando radicalmente os rumos de seu governo já no segundo ano de seu mandato.

Mesmo assim, ainda não podíamos captar o verdadeiro alcance das transformações que mal tomavam corpo. Só mais tarde perceberíamos as enormes acomodações geológicas ocorridas nas camadas que compõem a história: a passagem do mundo bipolar para o unipolar, sob o domínio dos EUA, e a mudança do modelo hegemônico keynesiano para o neoliberal. Combinadas, essas duas mudanças produziram as maiores transformações – praticamente todas de sentido regressivo – que a história contemporânea conheceu.

Mas, para fazer justiça à trajetória que começava em 1960, é necessário reconstruir alguns marcos sociais, políticos e ideológicos que empurraram uma parte minoritária, embora representativa, daquela geração para a militância revolucionária. Cito aqui alguns trechos do artigo “Nós que amávamos tanto *O capital*”, escrito por mim em 1996:

Seria preciso partir do desprestígio econômico e social do capitalismo – “Aliança para o Progresso” incluída – como instrumento de resolução dos problemas da miséria, da injustiça e da desigualdade social no país, no momento em que emergia um novo protagonista na história brasileira – o camponês, para quem o sistema não tinha nada a dizer. O golpe de 64 contribuiu para desmistificar a democracia liberal, em nome da qual se liquidavam as conquistas democráticas existentes no seu seio. [...]

Por tudo isso, aquela opção [pela militância revolucionária] nos parecia “natural” – contraditoriamente ao fato de que toda “opção” implica rupturas. A política sintetizava os caminhos das inquietações nos diferentes planos do mundo. Integrava-nos ao Brasil, à América Latina e ao mundo. Parecia que surgia a primeira geração em que não seríamos “incendiários” aos vinte e “bombeiros” aos quarenta, o fenômeno da adesão à militância parecia transcender essa disponibilidade juvenil para se confundir com o destino. Cuba representava a “atualidade da revolução”, de que Lukács falava em seu *Lenin*. Era como se estivéssemos condenados à revolução: ou a fazê-la ou a sermos vítimas da sua derrota; ou a evitá-la, abandoná-la, mas levando nas costas o duro peso de quem se distanciou do movimento histórico fundamental de seu tempo. Sentíamos que morreríamos “de susto, de bala ou vício”.

A isso dedicamos tudo o que tínhamos de melhor, com a disponibilidade e o desprendimento de que só os jovens aderidos a ideias humanistas são capazes.





Hoje, quando uma parte dessa geração renega o passado, está tratando de apagar o momento provavelmente mais generoso da sua vida. Muitos passam o resto de suas vidas tentando demonstrar como “já não são o que um dia foram”, passando rapidamente de *ex* para *anti*, no trajeto que Deutscher caracterizou como o do “herege ao renegado”.

Sobre nossa identidade, a derrota cairia com todo o seu peso, para desembocar no exílio, dentro ou fora do país. A adesão a organizações políticas ilegais, por parte dos jovens em geral originários da classe média urbana, já trazia no seu bojo uma crise de identidade: abandonar a classe de origem para incorporar-se a movimentos de ideologia “proletária”. A pouca experiência histórica e de massa dessas organizações e o refluxo do movimento popular não possibilitavam preencher o espaço vazio de transição da situação à posição de classe, mediante uma incorporação social a uma massa organizada e mobilizada.

A passagem à clandestinidade implicou na ruptura com vínculos sociais, no isolamento, muitas vezes na mudança de região, de setor social, de habitação, agregando um degrau a mais na crise de identidade. Quando ocorreram a prisão e a tortura, essa crise assumiu a forma do indivíduo nu diante do torturador, sem classe, sem companheiros, sem família.

A primeira etapa do exílio foi de transição. A colônia brasileira encontrava-se quase toda reunida no Chile, um país próximo geograficamente, e vivendo majoritariamente no mesmo bairro – Macul – de Santiago. Participava de uma experiência política passível de identificação, a língua e a cultura não se antepunham espessamente entre os que perderam a pátria e o universo que os recebia. O golpe de Pinochet provocou a diáspora pelo mundo afora – do Canadá à Bélgica, de Moçambique à Alemanha, de Cuba à França –, paralelamente à crise das organizações políticas brasileiras e à consolidação do “milagre” durante o governo Médici.

Estávamos nus: sem pátria. Se os outros exilados latino-americanos tinham consciência de ter uma “pátria” antes, nós a descobrimos quando a perdemos. Enquanto, para eles, que tiveram guerras de independência, a perda tinha um forte conteúdo histórico, presente na densidade de suas identidades políticas, para nós, a perda era absolutamente contemporânea – praias, música, futebol, mulheres, comida –, sem revolução, colônia brasileira, sem organizações, com poucas relações de casal que sobrevivessem, no final de um processo de redução à individualidade como um desgarramento sem fim, e não como uma grande “aventura de liberdade”, como uma parte da literatura do exílio deixa entrever. Liberdade sim, mas como ausência de determinação, nudez sem identidade. Já não mais tão jovens, sem pátria nem documento, com referências ideológicas perdidas, à espera da anistia.⁷

⁷ Ibidem, p. 90-3.





Momentos determinantes desse meio século foram, além da vitória da Revolução Cubana (1959), da morte de Che (1967), do golpe no Chile (1973), da vitória sandinista (1979) e de sua derrota (1990), os triunfos de Lula (2002) e de Evo Morales (2005), a vitória de Rafael Correa (2007) e a derrota do golpe militar contra Hugo Chávez (2002). Mas foram também o fim da União Soviética e a passagem de Cuba para o seu “período especial”, que coincidiu com o processo contra dirigentes cubanos.

Para a minha geração, a vitória da Revolução Cubana atingiu toda a sua força em 1961, quando os Estados Unidos tentaram invadir Cuba e Fidel definiu o caráter socialista da revolução, e em 1962, quando houve a “crise dos mísseis”. Para nós, a crise política de 1961 – com a renúncia de Jânio, a tentativa de golpe militar e a resistência comandada por Leonel Brizola – foi o primeiro grande acontecimento político brasileiro; o segundo foi o golpe militar de 1964, que, por suas consequências, nos marcou dura e profundamente.

Começa depois o calendário ocupado pela luta armada, pela repressão, pelo exílio. O sequestro do embaixador dos EUA, a morte de Marighella, as greves do ABC e a anistia foram pontos de inflexão decisivos. No geral, pode-se dizer que o sentimento de avanços irreversíveis, e depois de derrota, acompanhou a minha geração, embora de formas distintas e dando origem às mais diferentes trajetórias pessoais.

Parte dessa geração incorporou o golpe de 1964 como ele efetivamente foi, ou seja, uma grande derrota política da esquerda. Essa derrota começou quando o projeto de reformas de João Goulart foi derrubado e prosseguiu com o golpe militar, o fracasso da resistência clandestina, a consolidação do novo ciclo de expansão econômica e a hegemonia da oposição liberal. Embora os setores mais críticos ao governo de Goulart acreditassem que se tratava de uma derrota do reformismo e de seu projeto histórico, tratou-se na verdade de uma derrota do conjunto da esquerda, em que a reversão da correlação de forças recaiu duramente sobre todos os setores da esquerda, indistintamente.

Para outra parte da minha geração, no entanto, o golpe de 1964 e tudo que lhe sucedeu parecem ter adquirido, por assim dizer, uma dimensão de verdadeira derrota existencial, derrota do projeto de vida, dos sonhos e das utopias da juventude. Mediada e potenciada pela prisão, pela tortura, pelas mortes, pelas perdas e pelo exílio, a derrota política transformou-se em derrota da vida, produzindo ou exacerbando afastamentos, desistências,





renúncias e abandonos. Ademais, a crítica das várias experiências de esquerda – primeiro, do socialismo soviético; depois, do marxismo; e, por fim, dos governos de esquerda (de Mitterrand a Felipe González, dos sandinistas a Lula) – agravou essa derrota existencial e levou à desistência de qualquer projeto político de transformação social. É possível que essa experiência tenha sido similar àquela da geração que viveu a consolidação do stalinismo na União Soviética, a ascensão do fascismo e do nazismo na Europa e a derrota na Guerra Civil Espanhola.

Mais tarde, uma enorme combinação de eventos, que inclui o colapso do campo socialista, o triunfo da hegemonia imperial dos EUA e os recuos estratégicos da esquerda em geral (socialismos, Estados, sindicatos, partidos da esquerda), gerou uma situação nova de adversidade e um indisfarçável sentimento de derrota, desilusão e impotência.

Mal o socialismo havia deixado o cenário histórico, o Fórum Social Mundial proclamou sua esperança de que “um outro mundo é possível”, como se a luta política tivesse sido reduzida à mera afirmação de que a história não acabou, o horizonte não se fechou e ainda existem alternativas!

Olhando *a posteriori*, cinquenta anos depois, como me aparece tudo aquilo? É claro que a visão retrospectiva dá uma cor diferente ao que aconteceu, ainda mais àquilo que se acabou, como a União Soviética, o campo socialista, a China revolucionária, o Vietnã resistente, o sandinismo rebelde. Fica a forte sensação de que nunca uma mesma geração viveu mudanças tão profundas, em várias e múltiplas direções, num espaço de tempo relativamente tão curto.

Não estou afirmando com isso que grandes acontecimentos não tenham ocorrido nas décadas anteriores, entre eles, as duas guerras mundiais, a Revolução Russa, a ascensão do fascismo e do nazismo, a Guerra Civil Espanhola, as bombas atômicas, o surgimento do campo socialista, a Revolução Chinesa, a Guerra da Coreia e a Revolução Boliviana. Tampouco estou negando que outras gerações não tenham vivido períodos de ofensiva revolucionária, desde a Revolução de 1917 até as tentativas revolucionárias frustradas na Alemanha, na Itália e na Hungria. Todavia, esses períodos foram curtos e interrompidos por rápidas e fulminantes reações contra-revolucionárias.

Enfim, existe mesmo algo que diferencie esse meio século que tivemos o privilégio de viver e de protagonizar?

Saio do túnel desses cinquenta anos respirando ar fresco e encontro a América Latina vivendo enormes e profundas transformações. Não seria uma





experiência semelhante àquela de milhões de homens e mulheres ao fim da Segunda Guerra Mundial, diante da derrota imposta pelo Exército soviético à Alemanha nazista, ou da formação do campo socialista, ou da vitória da Revolução Chinesa? De todo modo, hoje, tal como naquele período, o fortalecimento do campo anticapitalista é concomitante ao fortalecimento do campo imperialista. A diferença está na proporção de forças de cada campo, substancialmente distinto daquele.

A maior mudança mental e cultural foi o rompimento com certa concepção evolucionista da história. Mesmo os que não aceitavam concepções deterministas e economicistas – que davam por certo e garantido que a história caminha, inexoravelmente, de um modo de produção para outro, cada um superior ao anterior, desde o comunismo primitivo, passando pelo escravismo, pelo feudalismo e pelo capitalismo, até chegar ao socialismo – não concebiam a possibilidade do desaparecimento da União Soviética e do campo socialista, e de seu retorno ao mundo capitalista.

De certo modo, a tese de que “a roda da história não gira para trás” era adotada por todos aqueles que assumiram o marxismo ou alguma de suas variações. A tese de que a “etapa superior do capitalismo”, representada pelo imperialismo, era sua fase derradeira e condenava-o ao desaparecimento em prazo histórico relativamente próximo, marcava a todos nós. Como recorda Giovanni Arrighi, a grande discussão na década de 1970 – portanto, há cerca de trinta anos – não era saber se o capitalismo estava ou não condenado ao desaparecimento, mas sim como e quando isso aconteceria.

Essa perda de sintonia com a história foi o maior choque ideológico e psicológico sofrido pela esquerda. Diante do desamparo da história, foram muitos os refúgios encontrados: retorno ao Marx original, puro; troca do socialismo pela democracia como objetivo político; abandono de qualquer aspiração a transformar o mundo coletivo; e recuo para a esfera privada, quase sempre sob o alibi do fracasso dos sonhos do socialismo. De fato, é um golpe muito duro! É como se a esquerda fosse transportada do futuro para o passado, da antecipação do porvir para o testemunho de um pretérito. É como se o capitalismo – em sua versão estadunidense – nos arrebatasse o futuro e nos jogasse sobre o mundo da tecnologia, do consumo, da publicidade, condenando-nos à prisão do passado – “passado de uma ilusão”, segundo a versão renascida de um novo “anticomunismo”.

Para os comunistas foi bem pior. Nasceram identificados com a União Soviética, com a “pátria do socialismo”, aferrados à ideia de que “um terço





da humanidade já vive sob o socialismo”, de que “a roda da história não gira para trás”. A perda dessas referências, mais que uma crise política e ideológica, deflagrou uma crise de identidade, do sentido da própria vida. Ser comunista era estar identificado com um mundo que, de repente e incredivelmente, desapareceu. Um mundo de contiguidades – Marx, União Soviética, campo socialista, partidos comunistas, movimento comunista internacional – é varrido pelos novos e surpreendentes ventos da história.

Não por acaso, uma das reações de alguns comunistas foi renegar tudo: sua vida inteira teria sido um grande equívoco e seria preciso rejeitar tudo que se viveu e em que se acreditou! Inúmeros membros do atual Partido Democrático Italiano, que antes pertenceram ao Partido Comunista Italiano, alegaram que, de fato, nunca foram comunistas, que aderiram ao partido de Enrico Berlinguer sem qualquer outra conotação, e afirmaram que seu modelo era o Partido Democrata dos Estados Unidos!

Para a grande maioria dos comunistas, que tinha a União Soviética como referência, fazer o balanço político do fim de seu mundo tornou-se um fardo difícil e pesado. Ainda mais porque o desaparecimento da União Soviética foi vivido de modo brutal, como mera renúncia, como pura falta de resistência, e sem que fosse realizada uma reciclagem que permitisse viver naquela sociedade que estava substituindo o socialismo. Nessas condições, era quase impossível acertar contas com o passado, permanecer de esquerda, anticapitalista, despojado das referências que cercaram seu próprio nascimento e determinaram sua adesão à política e à militância. A experiência de regressão foi profunda e dolorosa, e o resgate da opção de esquerda, como alternativa à amargura e ao pessimismo, tornou-se um trabalho de Sísifo, que não poderia ser realizado senão graças à força de suas convicções e de seu caráter.

Mesmo os que faziam críticas profundas à União Soviética, e até se sentiram aliviados porque já não teriam de arcar com o peso de um modelo fracassado, foram obrigados a aceitar que, ao contrário do que pregavam e esperavam os setores mais radicais da esquerda, o modelo soviético não foi substituído pelo socialismo democrático, mas pelo capitalismo selvagem. Até os socialdemocratas, que acreditavam no triunfo de seu modelo, se decepcionaram!

Em suma, o conjunto da esquerda sofreu o impacto da maior transformação na relação de forças vivida no século XX, desde que a Revolução Bolchevique impôs ao mundo o socialismo como projeto político contemporâneo. A União Soviética foi, portanto, o palco em que ocorreram os dois





momentos de mais forte ruptura da correlação de forças; a diferença é que a nova virada foi de caráter regressivo e de dimensões ainda mais amplas.

A pergunta que muitos de nós fazem é: como retomar a militância de modo a reatar o fio da história? Até a dissolução do mundo comunista, sabíamos que não estávamos condenados ao capitalismo, que, desde 1917, uma parcela da humanidade havia escolhido o socialismo. Agora, porém, parte dela escolheu retornar ao capitalismo ou prosseguir suas vidas conforme as leis de mercado do capital. Será que as análises críticas que fazíamos ao socialismo soviético eram suficientes para dar conta não apenas da derrocada da União Soviética, mas do retorno ao capitalismo e da dissolução dos direitos conquistados sob o socialismo? Em que direção a história caminhava? O que foi o período histórico iniciado em 1917 e encerrado com a retirada da bandeira vermelha do Kremlin, naquele 31 de dezembro de 1991? Um parêntese? Um mal-entendido? Um prenúncio? Um equívoco?

Tudo isso se dá exatamente no momento em que o capitalismo se revela mais injusto do que nunca. Quanto mais liberal, mais cruel ele se torna, expropriando direitos elementares como o direito ao trabalho formal. Hoje, o capital subordina e mercantiliza tudo, da educação à água, passando pela saúde. Justamente quando concentra mais renda e propriedade, quando subordina a produção à especulação, quando marginaliza e discrimina a maior parte da população do globo, quando promove guerras e destruição ecológica, o capitalismo assume sua face mais triunfante, pois encontra menos resistência e reina quase soberano após o desaparecimento do socialismo da agenda histórica contemporânea.

No entanto, é o próprio capitalismo que se encarrega de trazer à pauta os temas da luta anticapitalista – socialista, portanto. É como se dissesse que, enquanto houver capitalismo, o socialismo permanecerá no horizonte histórico como alternativa, potencial ou real, porque é, em última instância, o anticapitalismo, sua negação e sua superação dialética.

Será que, diante disso tudo, ainda podemos esperar a toupeira? Será que ela tem algo a nos dizer?

Este livro quer dar voz à toupeira. No começo deste século XXI, só ela pode retratar o fio da história a partir das formas concretas assumidas pela luta anticapitalista contemporânea. A revolução nunca se repete da mesma maneira e tem sempre a cara do herege. Perseguir os itinerários da toupeira, retomar o papel de “descobridor de sinais”, como fazia Marx, é reencontrar os fios que articulam, contraditoriamente, o real e o nosso futuro.





Dois séculos depois das guerras de independência, um século depois da Revolução Mexicana, meio século depois da Revolução Cubana, a nova toupeira irrompe de novo espetacularmente no continente de José Martí, de Bolívar, de Sandino, de Farabundo Martí, de Mariátegui, de Fidel, de Che, de Allende, assumindo novas fisionomias para dar continuidade às lutas seculares pela emancipação dos povos latino-americanos e caribenhos.

Captar seus itinerários, as novas formas que assume, suas novas dinâmicas, é condição essencial para sermos contemporâneos do nosso presente. Se a história avança mascarada, o papel da teoria é decifrar as novas expressões das contradições que articulam os sistemas de exploração, de dominação e de alienação, para apontar as formas de acumulação de forças e de construção da força econômica, social, política e ideológica que permita atualizar os processos de transformação revolucionária da nossa realidade.

